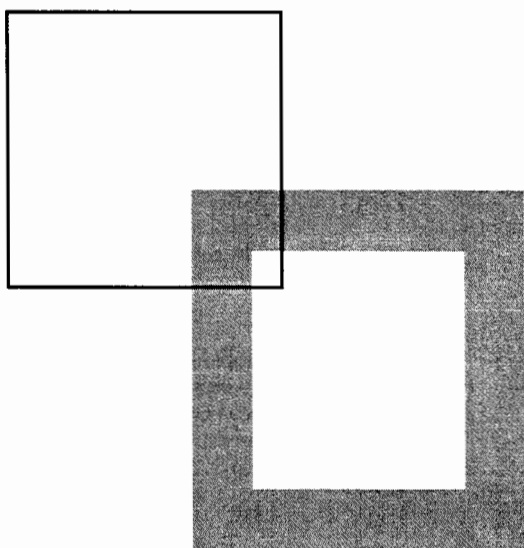


STJ00108562



# VINCULAÇÕES **ARBITRAIS**

PAULO MAGALHÃES NASSER

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2019

Copyright © 2019 by Paulo Magalhães Nasser

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

N267v

Nasser, Paulo Magalhães

Vinculações arbitrais / Paulo Magalhães Nasser. – Rio de Janeiro :  
Lumen Juris, 2019.  
216 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 185-202.

ISBN 978-85-519-1438-0

1. Arbitragem. 2. Teoria geral do processo. 3. Controle judicial. 4. Or-  
dem pública. 5. Jurisprudência. 6. Sentença arbitral 7. Equidade. 8. Princípio  
constitucional. I. Título.

CDD 340

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

## Sumário

Introdução .....	1
Parte I – Autonomia privada, tutela jurisdicional arbitral e o controle de validade da sentença arbitral.....	5
1. A dinâmica do contencioso judicial e a autonomia privada para definir as regras da disputa .....	5
2. Autonomia privada e a arbitragem no sistema normativo brasileiro .....	12
3. Os Princípios constitucionais do processo no Estado Democrático de Direito aplicáveis ao exercício da jurisdição arbitral.....	27
3.1. Direito das partes à fundamentação do pronunciamento jurisdicional .....	29
3.2. Devido Processo Legal .....	36
3.3. Contraditório e Ampla Defesa .....	39
3.4. Segurança Jurídica.....	41
3.5. Isonomia .....	42
4. Controle judicial de validade da sentença arbitral e o julgamento de mérito .....	47
4.1. A evolução normativa do controle de validade da sentença arbitral antes do advento da Lei de Arbitragem – Como eram tratados os erros de julgamento? .....	47
4.2. O atual regramento das invalidades da sentença arbitral e o tratamento dos erros de julgamento do mérito – A essência do sistema e a anti-judicialização .....	53
4.3. A ordem pública e a validade da sentença arbitral.....	59
Parte II – A evolução da teoria geral do processo e o reposicionamento da jurisprudência no processo de interpretação, significação e aplicação da norma jurídica ao caso concreto .....	65
1. Os contornos atuais do conceito de jurisdição e a concretização da norma jurídica .....	65

2. A norma jurídica e a previsibilidade de resultados.....	69
3. A consistência da interpretação normativa e a estabilidade do sistema.....	75
4. O Brasil não é a Inglaterra – A diferença axiológica e substancial entre o conceito de precedente que se pretende aplicar no Brasil e o precedente do direito anglo-saxão .....	84
5. O Código de Processo Civil de 2015 e a uniformidade da interpretação normativa pela jurisprudência .....	94
5.1. Segurança jurídica e previsibilidade .....	94
5.2. Coerência e coesão do sistema – A evolução da jurisprudência como fonte do Direito.....	99
5.3. Precedente, jurisprudência e súmula – A jurisprudência qualificada .....	104
5.4. Vinculações interpretativas e ônus argumentativos no CPC/2015 – A influência da jurisprudência na validade do processo.....	109
5.5. Os métodos de afastamento da aplicação da jurisprudência qualificada .....	115
6. Os riscos e as dificuldades da aplicação dos precedentes no Brasil.....	125
6.1. Stare decisis e “stare indecisis” .....	125
6.2. O problema de se interpretar a interpretação positivada.....	129
Conclusões Parciais- A comprovação das premissas até aqui traçadas, que são alicerces para o exame das vinculações arbitrais no exercício da tutela jurisdicional .....	130
Parte III – Tutela jurisdicional arbitral e jurisprudência estatal – Vinculações arbitrais decorrentes da evolução dos conceitos de norma e poder jurisdicional no ordenamento jurídico brasileiro .....	135
1. A jurisprudência qualificada e vinculante como parte integrante do ordenamento jurídico brasileiro – A justificativa de sua observância na arbitragem .....	135
2. A jurisprudência qualificada que vincula a interpretação normativa dos árbitros.....	141

3. A administração pública na arbitragem: elemento concreto de que a arbitragem não pode excluir o respeito à jurisprudência qualificada como parte da tutela do cumprimento da norma jurídica.....	151
4. As consequências da não-observância da jurisprudência qualificada e os mecanismos de controle .....	156
4.1 A rejeição da jurisprudência qualificada como parte integrante do ordenamento brasileiro e a consequente invalidade da sentença arbitral .....	156
4.2. A sentença arbitral que reconhece a jurisprudência qualificada e vinculante como elemento componente da norma, mas não a aplica em razão de distinção .....	165
4.3. A sentença arbitral que reconhece a jurisprudência qualificada e vinculante como elemento componente da norma, mas não a aplica em razão de superação pelo tribunal que a criou ou por tribunal de hierarquia superior .....	166
4.4. A sentença arbitral que reconhece a jurisprudência qualificada e vinculante como elemento componente da norma e a aplica a situação fática diversa – Erro na qualificação jurídica dos fatos ou na aplicação da norma jurídica.....	168
5. Desconsiderar a jurisprudência qualificada e desconsiderar o texto normativo: metades da mesma invalidade? .....	169
6. Ônus argumentativos vinculantes: o ônus de exposição analítica e o dever de enfrentamento da jurisprudência de efeito persuasivo ....	172
7. O medo da judicialização dos erros na arbitragem não pode cegar o “arbitralista” .....	177
Conclusões finais.....	179
Bibliografia .....	185